



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GABINETE DA MINISTRA

OFÍCIO Nº 347/2024/MMA

Brasília, 17 de janeiro de 2024.

Ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, Sala 27
70160-900 Brasília/DF

ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: Resposta ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 514 - Requerimento de Informação nº 2992/2023.

Senhor Primeiro-Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 514, de 14 de dezembro de 2023, que veicula o Requerimento de Informação nº 2992/2023, de autoria do Deputado Delegado Matheus Laiola (União/PR), o qual solicita informações acerca da licença para usar tartaruga muçua na gastronomia.

Sobre o assunto, encaminho o Ofício nº 12/2024/CGGE/GABIN, elaborado no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; e o Ofício SEI nº 10/2024/GABIN/ICMBio, a Informação Técnica nº 15/2023-RAN Goiânia-GO/DIBIO/ICMBio e a Tabela anexa, elaborados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Anexos:

I - Ofício nº 12/2024/CGGE/GABIN (1551381);

II - Ofício SEI nº 10/2024/GABIN/ICMBio (1544907);

A - Informação Técnica nº 15/2023-RAN Goiânia-GO/DIBIO/ICMBio (1544911); e

B - Tabela (1552283).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Ribeiro Capobianco, Ministro do Meio Ambiente, Substituto**, em 17/01/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1552741** e o código CRC **609FE233**.



02000.017785/2023-80

SEI nº 1552741

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://p.882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/OFICIO_1552741.html

2383474

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>, sepro@mma.gov.br, Telefone: (61)2028-1206



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

p.882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/OFICIO_1552741.html



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE RÉPTEIS E ANFÍBIOS - RAN.
Rua 229, número 95, Edifício IBAMA, 4º andar, - Bairro Leste Universitário - Goiânia - CEP 74605090
Telefone: (62) 3225-2797 / 6593 / 7499 ou 3224-1336

Informação Técnica nº 15/2023-RAN Goiânia-GO/DIBIO/ICMBio

Goiânia, 29 de dezembro de 2023

ASSUNTO: Manifestação quanto ao Requerimento nº 2992/2023**REFERÊNCIA: Processo: 02070.018346/2023-61**

1. A presente Informação Técnica trata da manifestação acerca do Ofício Nº 10461/2023/MMA(SEI [17347110](#)) que solicita manifestação deste Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Pesquisa de Répteis e Anfíbios quanto ao Requerimento nº 2992/2023 (SEI [17347138](#)), de autoria do Deputado Federal Delegado Matheus Laiola (União/PR), que solicita informações a respeito da "suposta liberação, no Estado do Pará, para o uso de tartarugas muçãs como alimento, uma vez que a referida espécie se consubstancia em animal silvestre ameaçado de extinção".

2. CONTEXTUALIZAÇÃONome científico: *Kinosternon scorpioides* (Linnaeus, 1766)

Status de Conservação:

Brasil (2010): Menos Preocupante (LC)

IUCN (1996): Não listada

CITES: Anexo II

Descrição Científica: A espécie *Kinosternon scorpioides*, popularmente chamada de muçã, é uma espécie semiaquática que habita diversos ambientes aquáticos, como riachos, lagoas, lagos sazonalmente inundados, planícies inundadas, poços e pântanos. Sua preferência é por ambientes com bastante vegetação aquática (Vogt, 2008), águas rasas com fundo macio e lamacento, sujeito a flutuações sazonais (Pereira et al., 2007; Cassano & Alcalde, 2022). A espécie é encontrada mesmo em ambientes poluídos e com perturbação humana (Cassano & Alcalde, 2022), demonstrando tolerância a ambientes alterados. O muçã é predominantemente onívoro oportunístico, alimentando-se de invertebrados, pequenos vertebrados e grande volume de material vegetal (Cassano & Alcalde, 2022).

A espécie é comum em algumas localidades (e.g., Pará e Maranhão) (Vogt, 2008; Barreto et al., 2009) e menos abundante em estados como Amazonas, Rondônia, e em alguns inseridos no bioma Caatinga e Cerrado, como Goiás (Vogt, 2008; Ferrara et al., 2009). Há conectividade com populações de países vizinhos, plausivelmente ocorrendo fluxo gênico, mas a influência na manutenção das subpopulações no Brasil é desconhecida. A tendência populacional da espécie também é desconhecida.

3- DISTRIBUIÇÃO

Kinosternon scorpioides tem ampla distribuição geográfica, encontrada nas três Américas. Na América do Sul ocorre na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela, Trinidad e Tobago (Pritchard & Trebbau, 1984; Buskirk, 2007; Carvajal-Cogollo et al., 2007; Ferrara et al., 2009; Acosta et al., 2013; Catenazzi et al., 2013; Rojas Runjaic et al., 2015; Rhodin et al., 2021).

No Brasil, distribui-se nas regiões hidrográficas Amazônica, Tocantins/Araguaia, Paraná, Paraguai, São Francisco, Atlântico Nordeste Oriental e Ocidental (ANA, 2016). A espécie é amplamente distribuída no país, ocorrendo em todos os estados do Norte, Centro-Oeste (exceto no Distrito Federal), Nordeste (exceto em Sergipe, onde ainda não houve registros) e no Sudeste possui ocorrência confirmada apenas para o estado de Minas Gerais (Schmidt & Inger, 1951; Nascimento et al., 1991; Cabrera & Colantonio, 1997; Magnusson et al., 1998; Pereira et al., 2007; Santos et al., 2008; Ferrara et al., 2009; Ataídes et al., 2010; Costa et al., 2010; Moura et al., 2011; Moura et al., 2015; Correa et al., 2015; Tomas et al., 2015; Andrade, 2019; Vogt et al., 2019). (Figura 1)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://www.brazil.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17983668&infra_siste...

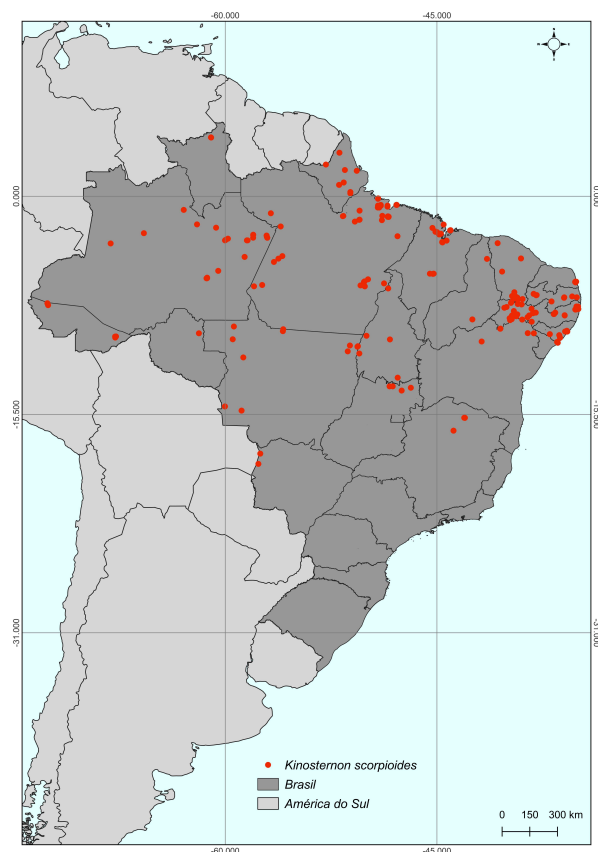


Figura 1- Mapa da distribuição geográfica de *Kinosternon scorpioides* no Brasil

4- AMEAÇAS E CONSERVAÇÃO

O muçã é intensamente caçado no Pará (PA) e Maranhão (MA) para consumo de subsistência e comercialização (Vogt, 2008).

Áreas de campo natural são queimadas de forma proposital, para a sua captura (Pereira, 2004). Em algumas áreas de ocorrência da espécie, são desenvolvidas atividades agropastoris com a utilização do fogo no período de estiagem para a limpeza da área, ocasionando a morte de espécimes e impactando seu hábitat. Essa prática coincide com o período reprodutivo da espécie.

Em Carajás (PA), as subpopulações estão localizadas sobre as áreas de extração de minério, em São Luís (MA) o avanço do perímetro urbano da cidade e a construção de casas de veraneio no litoral do Estado reduzem a área de ocupação da espécie (A. M. Batistella, com. pess., 2010).

Considerando-se a avaliação do estado de conservação para a espécie em nível regional para o estado do Pará a espécie não está listada em nenhuma categoria de ameaça (Resolução 054/2007). O mesmo ocorre para a avaliação nacional para o Brasil (Vogth et al. 2023), na qual foi categorizada como "Menos Preocupante (LC)" na última avaliação nacional (27/10/2016). Trata-se de uma espécie amplamente distribuída e bem representada no interior de áreas protegidas em toda a sua distribuição, conforme tabela em anexo SEI n. (17429392).

5- LEGISLAÇÃO

A Instrução Normativa IBAMA nº 07/2015 normatiza o uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, incluindo categorias para comercialização. Com a publicação da Lei Complementar 140/2011, a autorização para empreendimentos relacionados à fauna silvestre em cativeiro passou para os Estados, representando uma maior participação destes na gestão da fauna silvestre. Portanto, a LC 140/2011 atribui aos estados a competência para autorizar a implantação de criadouros comerciais de espécies não ameaçadas de extinção. Destaca-se que a espécie *Kinosternon scorpioides* (muçã) não é considerada ameaçada de extinção no Brasil, embora suas populações careçam de estudos para definição de estrutura e tendências das populações nas diferentes regiões hidrográficas em que ocorre.

6- CONSIDERAÇÕES:

Face às considerações apresentadas, manifestamo-nos quanto às arguições requeridas:

1-O Ministério de Meio Ambiente e Mudança de Clima, ou seus órgãos, ou entidades vinculadas, têm/tiveram ciência da concessão da licença?

Até a presente data o ICMBio/DIBIO/RAN não tinha ciência da concessão da licença em questão.

2-Se sim, o Ministério foi consultado e/ou participou do processo de concessão de licença? (Aqui, considera-se o ICMBio onde lê-se "Ministério")

Até o momento, o ICMBio/DIBIO/RAN não foi consultado para análise técnica quanto à viabilidade da exploração comercial na modalidade proposta.

3-A licença foi proferida com base na legislação vigente?

Os modelos de criação para fins de comercialização da espécie muçã demandam análises aprofundadas em termos de sustentabilidade. A Embrapa e Universidade Federal Rural do Pará já realizam pesquisas sobre produção da espécie. Caso a viabilidade comercial seja constatada, é recomendável elaborar e normatizar tais práticas, considerando o conhecimento técnico especializado da área, as formas pretendidas de manejo, a sociedade envolvida, a presença ou influência de áreas protegidas (sobretudo em Unidades de Conservação), os interesses das comunidades tradicionais, entre inúmeros fatores biológicos e socioambientais relacionados.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://www.brasilia.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17983668&infra_siste...

4- É possível revogar a concessão dessa liberação, posto que a tartaruga muçã se consubstancia em animal silvestre ameaçado de extinção?

A legislação federal específica que normatiza categorias de uso da fauna silvestre (Lei nº. 9.605/98, Lei Complementar 140/11 e Portaria MMA nº 53/08 que institui o SISFAUNA), possibilitam a concessão de autorização para criação e comercialização desta espécie, sendo que a competência concorrente da esfera federal, para espécie que não está em lista de ameaça, é do IBAMA. Caso a espécie em questão venha futuramente constar em lista nacional de espécie ameaçada, ou caso o licenciamento esteja dentro ou em área que afete diretamente alguma Unidade de Conservação Federal, este licenciamento deverá ser feito com a anuência do ICMBio. Quaisquer dos órgãos envolvidos no processo poderão pedir, a qualquer momento, parecer técnico deste Centro Nacional de Pesquisa e Conservação.

Esta é a informação que submetemos à consideração superior.

Referências:

- Acosta, J. L., Calamante, C. & Palomas, S. (2013) *Kinosternon scorpioides scorpioides* (Linnaeus , 1766). Primer registro para la provincia del Chaco (Republica Argentina). *Cuad. Herpetol.* 27 (2), 169-169.
- ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) (2016) Divisões hidrográficas do Brasil. <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/divisoes-hidrograficas>. [Acessado em: 07/jul/2016].
- Ataídes, A.G., Malvasio, A. & Parente, T.G. (2010) Percepções sobre o consumo de quelônios no entorno do Parque Nacional do Araguaia, Tocantins: conhecimentos para conservação. *Gaia Scientia.* 4 (1), 07-20.
- Barreto, L., Lima, L.C. & Barbosa, S. (2009) Observations on the Ecology of *Trachemys adiutrix* and *Kinosternon scorpioides* on Curupu Island, Brazil. *Herpetological Review.* 40 (3), 283-286.
- Buskirk, Jr. (2007) *Kinosternon scorpioides* (Scorpion Mud Turtle). *Behavior. Herpetological Review.* 38 (3), 332.
- Cabrera, M.R. & Colantonio, S.E. (1997) Taxonomic Revision of the South American Subspecies of the Turtle *Kinosternon scorpioides*. *Journal of Herpetology.* 31 (4), 507-513.
- Carvajal-Cogollo, J.E., Castaño-Mora, O.V., Cárdenas-Arévalo, G. & Urbina-Cardona, J.N. (2007) Reptiles de áreas asociadas a humedales de la planicie del departamento de Córdoba, Colombia. *Caldasia.* 29 (2), 427 - 438.
- Cassano, M. J. & Alcalde, L. (2022) Diet and habitat of the Scorpion Mud Turtle (*Kinosternon scorpioides scorpioides*) in the Southern limit of the species' distribution (Argentina). *Chelonian Conservation and Biology.* 21 (2), 232-245.
- Catenazzi, A., Lehr, E. & von May, R. (2013) The amphibians and reptiles of Manu National Park and its buffer zone, Amazon basin and eastern slopes of the Andes, Peru. *Biota Neotropica.* 13, 269–283.
- Correa, J. G., Franca, P. F., Sousa, J. C. & Campos, C. E. C. (2015) Herpetofauna do distrito do Ariri, estado do Amapá, Amazônia Oriental . In: Sociedade Brasileira de Herpetologia (SBH) (ed.) Anais do VII Congresso Brasileiro de Herpetofauna Gramado - RS.
- Costa, H.C. & Bérnills, R.S. (2015) Répteis brasileiros: Lista de espécies 2015. *Herpetologia Brasileira.* 4 (3), 75-93.
- Ferrara, C., Schneider, L., Vogt, R.C. & Santos-Júnior. L.B. (2009) Geographic Distribution. *Kinosternon scorpioides*. *Herpetological Review.* 40 (2), 235.
- Legislação
SEMAS/PA: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/anexos/375_ANEXO.%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20COEMA%20n%C2%BA%2054.2007.pdf
- Magnusson, W.E., Lima, A. P. & Araujo, M. C. (1998) *Kinosternon scorpioides*. *Herpetological Review.* 29 (3), 173.
- Moura, C., Moura, G., Chaves, L., Muniz, S., Vega, E.S. & Junior, V. (2015) Demography, sex ratio, and sexual dimorphism of Testudines in Araripe Bioregion, Ceará, Northeastern Brazil. *North-Western Journal of Zoology.* 11 (2), 204-212.
- Moura, G.J.B., Freire, E.M.X., Santos, E.M., Moraes, Z.M.B., Lins, E.A.M., Andrade, E.V.E. & Ferreira, J.D.C. (2011) Distribuição geográfica e caracterização ecológica dos répteis do estado de Pernambuco In: Moura et al. (eds.) *Herpetofauna de Pernambuco*. Brasília/DF, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, pp. 229-290.
- Pereira, L.A., Sousa, A.L., Cutrim, M.V.J. & Moreira, E.G. (2007) Características ecológicas do habitat de *Kinosternon scorpioides scorpioides* Linnaeus, 1766 (Reptila, Chelonia, Kinosternidae) no município de São Bento – Baixada Maranhense (Maranhão, Brasil). *Boletim do Laboratório de Hidrobiologia.* 20, 9-14.
- Pritchard, P.C.H. & Trebbau, P. (1984) The turtles of Venezuela 403ppp.
- PEREIRA, L. A. Aspectos da Biologia, Ecologia e Extrativismo de *Kinosternon scorpioides* Linnaeus, 1766 (Reptila, Chelonia, Kinosternidae) no Município de São Bento – Baixada Maranhense (Maranhão, Brasil). 107 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2004.
- Rhodin AGJ, Iverson JB, Bour R, Fritz U, Georges A, Shaffer HB, et al. Turtles of the world: annotated checklist and atlas of taxonomy, synonymy, distribution, and conservation status. 9th ed. Arlington: Chelonian Research Foundation; Ojai: Turtle Conservancy; 2021. <http://dx.doi.org/10.3854/crm.8.checklist.atlas.v9.2021>
- Rojas Runjaic, F. J. M., Lasso Alcalá, O. M. & Camargo, E. (2015) Actualización del conocimiento sobre la distribución geográfica del galapago pecho quebrado *Kinosternon scorpioides scorpioides* (Testudines, Kinosternidae) en Venezuela. *Mem. Fund. La Salle Cien. Nat.*, 72, 125-133.
- Santos, F.J.M., Peña, A.P. & Luz, V.L.F. (2008) Considerações biogeográficas sobre a herpetofauna do submédio e da foz do rio São Francisco, Brasil. *Estudos.* 35 (1/2), 59-78.
- Chiaravalotti, R.M., Camilo, A.R. & Freitas, G.O. (2015) *Kinosternon scorpioides scorpioides* Linnaeus, 1766: range extension and first records in Paraguay River basin and Mato Grosso do Sul, Brazil. *Check List.* 11 (3), 1631.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://seu.gov.br/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17983668&infra_siste...

Vogt, R.; Bataus, Y.S.L.; Rodrigues, J.; Uhlig, V.M.; Balestra, R.A.M.; Barreto, L.N.; Bressan, R.F.; Brito, E.S.; Carvalho, V.T.; Falcon, G.B.; Ferrara, C.R.; Marques, T.S.; Matias, F.; Souza, F.L.; Tinôco, M.S.; Valadão, R.M. 2023. Kinosternon scorpoides. Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE. Disponível em: <https://salve.icmbio.gov.br> Digital Object Identifier (DOI): <https://doi.org/10.37002/salve.ficha.20817> - Acesso em: 28 de dez. de 2023

Vogt, R.C. (2008) Tartarugas da Amazônia Edição 1ª. Manaus - AM, Editora INPA., 104pp.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Gomes Lustosa, Técnico Administrativo**, em 29/12/2023, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO ABRAHAO, Analista Ambiental**, em 29/12/2023, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **17427530** e o código CRC **E9464876**.

Criado por [63349345115](#), versão 21 por [63349345115](#) em 29/12/2023 17:44:48.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Bloco C - Bairro Setor Sudoeste - Brasília/DF -
CEP 70670-350

Telefone: (61) 2028-9011/9013

OFICIO SEI Nº10/2024/GABIN/ICMBio

Brasília, na data da assinatura eletrônica

Ao Senhor

RODRIGO KING LON CHIA

Chefe Substituto

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Esplanada dos Ministérios, Bloco B

70068-901 - Brasília/DF

Assunto: Manifestação quanto ao Requerimento nº 2992/2023. Uso de tartarugas muçuãs como alimento.

Referência: Caso responda este Ofício, peticionar eletronicamente no Processo nº 02070.018346/2023-61, conforme instruções em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/sistemas/sei-sistema-eletronico-de-informacoes/peticionamento-eletronico>. Novas demandas devem ser protocoladas conforme instruções em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-instituto-chico-mendes-de-conservacao-da-biodiversidade-icmbio>.

Prezado Senhor,

1 Cumprimentando-o cordialmente, fazemos referência ao Ofício Nº 10461/2023/MMA, cujas tratativas referem-se à solicitação de manifestação deste Instituto, de modo a subsidiar resposta desse Ministério, sobre o Requerimento nº 2992/2023, de autoria do Deputado Federal Delegado Matheus Laiola (União/PR), por meio do qual solicita informações a respeito da "suposta liberação, no Estado do Pará, para o uso de tartarugas muçuãs como alimento, uma vez que a referida espécie se consubstancia em animal silvestre ameaçado de extinção".

2. Nesse sentido, respondemos, a seguir, às quatro perguntas constantes no referido Requerimento, com subsídio na Informação Técnica anexa.

i. O Ministério de Meio Ambiente e Mudança de Clima, ou seus órgãos, ou entidades vinculadas, têm/tiveram ciência da concessão da licença?

Até a presente data, o ICMBio não tem ciência da concessão da licença em questão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://www.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=18012358&infra_s...

ii. Se sim, o Ministério foi consultado e/ou participou do processo de concessão de licença? (Aqui, considera-se o ICMBio onde lê-se "Ministério")

Não compete ao ICMBio manifestação a cerca de exploração comercial de espécies da fauna. Como órgão de expertise na análise de risco de extinção da fauna, o ICMBio não foi consultado quanto à viabilidade da exploração comercial da espécie.

iii. A licença foi proferida com base na legislação vigente?

Considerando o que consta na Justificação do Requerimento de Informação, sobre *"a notícia de que restaurantes do Estado do Pará obtiveram licença para criar e utilizar, na gastronomia, tartarugas da espécie muçua"*, tem-se a informar que restaurantes não estão expressamente entre as categorias de atividades e empreendimentos para uso e manejo, em cativeiro, de animais da fauna silvestre e exótica, previstas pela Resolução Conama nº 489/2018. Todavia, os órgãos estaduais podem entender os restaurantes como empreendimento comercial de partes, produtos e subprodutos da fauna, ou mesmo como criadouro comercial, ambas categorias previstas na citada Resolução, aplicando-se a esses os requisitos e condições estabelecidos na norma mencionada. Os estados podem também definir outras categorias de empreendimentos e atividades de uso e manejo da fauna em cativeiro, além do que está previsto na Resolução Conama nº 489/18. Nas hipóteses mencionadas, o estado estaria respaldado na Lei Complementar nº 140/2011, Art. 8º, incisos XVIII e XIX. Cabe ressaltar, porém, que o uso comercial de espécies da fauna demanda sustentação técnica robusta. Modelos de criação para fins de comercialização da espécie muçua ainda estão sendo estudados e requerem análises aprofundadas em termos de sustentabilidade. A Embrapa e Universidade Federal Rural do Pará já realizam pesquisas sobre produção da espécie.

iv. É possível revogar a concessão dessa liberação, posto que a tartaruga muçua se consubstancia em animal silvestre ameaçado de extinção?

A espécie *Kinosternon scorpioides*, conhecida como muçua, não é considerada ameaçada de extinção no Brasil. A legislação federal que regula o uso da fauna silvestre ([Lei nº. 9.605/98](#), [Lei Complementar 140/11](#) e [Portaria MMA nº 53/08](#)), possibilita a concessão de autorização para criação e comercialização da espécie em questão pelos estados.

3. Sendo o que temos a informar, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA

Presidente Substituto

ANEXOS:

I. Informação Técnica - SEI nº 17427530

II. Tabela - SEI nº 17429392



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Marcelino De Oliveira, Presidente Substituto**, em 04/01/2024, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

bio.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=18012358&infra_s...



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **17454740** e o código CRC **62D44419**.

2383474



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://sei.icmbio.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=18012358&infra_s...



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO IBAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA

OFÍCIO Nº 12/2024/CGGE/GABIN

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

Ao Senhor

RODRIGO KING LON CHIA

Chefe Substituto da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos

Esplanada dos Ministérios, Bloco B

CEP: 70068-901 - Brasília/DF

Assunto: Ofício nº 10460/2023/MMA

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02000.017785/2023-80

Senhor Chefe Substituto,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, faço referência ao Ofício nº 10460/2023/MMA (17878642), por meio do qual a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos/MMA retransmite, para conhecimento e providências de alinhamento e levantamento de informações, o Ofício 1ªSec/RI/E/nº 514 (17878656), que veicula, dentre outros, o Requerimento de Informação nº 2.992/2023 (17878664), de autoria do Deputado Delegado Matheus Laiola (União/PR), o qual solicita informações acerca da licença para usar tartaruga muçua na gastronomia.
2. Sobre o tema, apresentamos as respostas aos questionamentos propostos:

1. O Ministério de Meio Ambiente e Mudança de Clima, ou seus órgãos, ou entidades vinculadas, têm/tiveram ciência da concessão da licença?

A licença para o uso da tartaruga muçua em questão não é conhecida pelo Ibama, pois não consta no Sistema Nacional de Gestão de Fauna Silvestre (Sisfauna)

O licenciamento de empreendimentos e a captura de fauna silvestre para formação de plantéis para criação compete aos Estados. Ressalto que esse licenciamento não depende de consulta ou manifestação do Ibama ou ICMBio.

2. Se sim, o Ministério foi consultado e/ou participou do processo de concessão de licença?

O IBAMA não dispõe dessa informação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivo=2383474&codProcesso=02000.017785/2023-80> / pg. 1

2383474

3. A licença foi proferida com base na legislação vigente?

A licença para o uso da tartaruga muçuã em questão não é conhecida pelo Ibama, pois não consta no Sistema Nacional de Gestão de Fauna Silvestre (Sisfauna).

4. É possível revogar a concessão dessa liberação, posto que a tartaruga muçuã se consubstancia em animal silvestre ameaçado de extinção?

A licença para o uso da tartaruga muçuã em questão não é conhecida pelo Ibama, pois não consta no Sistema Nacional de Gestão de Fauna Silvestre (Sisfauna).

3. Sem mais para o momento, o IBAMA disponibiliza-se a dirimir eventuais dúvidas que ainda possam surgir sobre o tema.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

ISABELA RODAS MESSIAS

Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA RODAS MESSIAS, Coordenadora-Geral**, em 15/01/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **18039415** e o código CRC **FB1F0351**.

Referência: Processo nº 02000.017785/2023-80

SEI nº 18039415

SCEN Trecho 2 - Edifício Sede - Telefone:
CEP 70818-900 Brasília/DF - www.ibama.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2383474> / pg. 2

2383474